

Sarney usa decreto-lei JORNAL DO BRASIL para reforçar orçamento

25 SET 1986

Brasília — O presidente Sarney quebrou uma tradição de pelo menos 15 anos ao baixar um decreto-lei autorizando o Tesouro a liberar créditos adicionais ao orçamento da União de 1986 no valor de Cr\$ 48 bilhões. A regra que vigorou, inclusive nos governos dos ex-presidentes Geisel e Figueiredo, foi a de encaminhar projeto de lei ao Congresso pedindo ao Legislativo que autorizasse despesas adicionais e remanejamento de recursos a serem executados pelo Tesouro.

Na segunda quinzena de agosto, o ministro do Planejamento, João Sayad, chegou a anunciar o teor do anteprojeto de lei do "excesso de arrecadação" elaborado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), órgão da Seplan. Na ocasião o ministro Sayad revelara que os créditos adicionais ao orçamento seriam de Cr\$ 52 bilhões 900 milhões.

Sem nenhuma explicação oficial do Palácio do Planalto, o anteprojeto de lei da Seplan acabou não sendo utilizado e, no dia 15 último, o Diário Oficial da União publicou o texto do decreto-lei presidencial autorizando a si próprio a liberação de créditos adicionais ao orçamento fiscal no valor de Cr\$ 48 bilhões, ou

seja, Cr\$ 4 bilhões 900 milhões a menos do valor mencionado pelo ministro Sayad.

Justificativa

A explicação oficial dada pelos técnicos governamentais foi a de que o Palácio do Planalto preferiu utilizar o decreto-lei por entender estar a Câmara e o Senado vivendo o "recesso branco" em face da campanha eleitoral, correndo-se o risco de a mensagem presidencial não ser aprovada dentro dos prazos legais.

Uma das principais alterações ocorreu na dotação de recursos ao Fundo de Assistência ao Desemprego. Na versão original o montante era de Cr\$ 1 bilhão 800 milhões, com o decreto-lei caiu para apenas Cr\$ 500 milhões.

Um dado importante diz respeito à reserva de contingência. Pelo anteprojeto de lei elaborado na Seplan, a reserva de contingência deveria ter um adicional de Cr\$ 4 bilhões 300 milhões. No decreto-lei tal acréscimo caiu para apenas Cr\$ 2 bilhões 200 milhões. Na prática, tal corte representa a posição definitiva do governo federal em não conceder nenhum reajuste salarial aos funcionários público que não seja aquele previsto em lei.